

27 ABR 1992

Sábado, 25, e segunda-feira, 27 de abril de 1992

GRESSO

BANCO DO PROGRESSO S.A.

LEGISLATIVO

Congresso nacional

Benevides teme que não haja tempo hábil para deputados votarem propostas do emendão

GAZETA MERCANTIL

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

As chances de o governo ver aprovado ainda neste semestre pelo menos parte do chamado "emendão", sobretudo as medidas de ajuste fiscal e de modernização do Estado, estão ficando cada vez menores. Se as emendas não chegarem ao Senado até o próximo dia 15 de maio, simplesmente não haverá mais tempo hábil para que as matérias sejam apreciadas antes do início do recesso parlamentar, marcado para julho.

O alerta foi feito na última sexta-feira pelo presidente do Senado e Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), que revelou que nenhuma emenda constitucional pode ser apreciada em menos de 32 dias úteis. Ele também enfatizou que até agora, depois de cumpridos 60 dias do ano legislativo, o Senado vem tentando trabalhar da maneira mais produtiva possível.

Benevides também adiantou a pauta prioritária do Senado até o final do semestre. Já nesta terça-feira, ele sinaliza com a possibilidade de o plenário

aprovar o Acordo do Clube de Paris, fechado pelo governo brasileiro em fevereiro passado, e a lei de imprensa. Na quinta-feira, a expectativa é de que os líderes partidários cheguem a um consenso sobre o projeto de resolução que deverá regulamentar a rolagem das dívidas dos estados e municípios, estabelecendo os seus novos limites de endividamento. Ainda consta da pauta prioritária da Casa a apreciação da lei orgânica dos partidos e do Ministério Público.

RECESSO

O presidente do Senado e Congresso Nacional, PMDB/CE, não quer "nem ouvir falar de recesso branco" no segundo semestre do ano, apesar das eleições municipais marcadas para outubro. "Isso não só compromete a imagem da instituição como poderá prejudicar a governabilidade do País", disse o senador na última sexta-feira.

Benevides também descartou a possibilidade do recesso parlamentar de julho ser suspenso, de forma a tornar viável a aprovação de projetos de interesse do governo ainda neste primeiro semestre.